

A PRESENÇA DE PROFESSORAS NEGRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA BRASILEIRA

THE PRESENCE OF TEACHERS BLACK PEOPLE IN BRAZILIAN PUBLIC BASIC EDUCATION

Ernesta Silveira Manenti¹

<https://orcid.org/=0009-0006-0287-5152>

Josiane Anacleto Silveira²

<https://orcid.org/0000-0003-4223-3868>

André Luís de Souza Lima³

<https://orcid.org/0000-0002-5144-714X>

Resumo: Este texto apresenta elementos a partir de uma pesquisa integrativa, que busca investigar a trajetória e a presença de professoras negras na educação básica pública brasileira, com base na temática de uma pesquisa de mestrado em andamento, de autoria de uma das autoras. Tem como objetivo realizar um levantamento da produção científica, abordando a representatividade e os desafios enfrentados pelas professoras negras no sistema educacional público no Brasil. A pesquisa segue uma metodologia de revisão integrativa, por meio da qual é possível evidenciar as produções já existentes, destacando os principais desafios e contribuições dessas professoras para o contexto educacional, sua trajetória de formação e inserção na educação básica brasileira. O estudo ressalta a importância dessas educadoras como modelos de identificação positiva para os alunos negros, recomendando a implementação de programas de apoio e a criação de espaços de diálogo, além de sublinhar o papel das professoras negras na construção de um sistema educativo mais justo e representativo. Além dessas questões, faz-se necessário discutir as implicações sobre a sub-representação de professoras negras na formação de políticas públicas e sua participação ativa no cenário educacional.

Palavras-chave: Desigualdade social. Negritude. Minoria Racial. Profissionais da Educação.

Abstract: This text presents elements from an integrative study that seeks to investigate the trajectory and presence of black female teachers in Brazilian public basic education, based on the theme of an ongoing master's research project authored by one of the authors. Its objective is to conduct a survey of scientific production, addressing the representation and challenges faced by black female teachers in the public education system in Brazil. The research follows an integrative review methodology, through which it is possible to highlight existing productions, highlighting the main challenges and contributions of these teachers to the educational context, their training trajectory and insertion in Brazilian basic education. The study emphasizes the importance of these educators as models of positive identification for black students, recommending the

¹ Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), mestranda em Educação, Tubarão/Santa Catarina, Brasil.

² Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) doutoranda em Educação, Tubarão/Santa Catarina, Brasil.

³ Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), doutor em Educação, Tubarão/Santa Catarina, Brasil.

implementation of support programs and the creation of spaces for dialogue, in addition to highlighting the role of black female teachers in the construction of a more fair and representative educational system. In addition to these issues, it is necessary to discuss the implications of the underrepresentation of black female teachers in the formation of public policies and their active participation in the educational scenario.

Keywords: Social inequality. Blackness. Racial Minority. Education Professionals.

INTRODUÇÃO

A presente proposta de trabalho refere-se a uma pesquisa de revisão integrativa e se insere em um desdobramento de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), Tubarão-SC, Brasil. A pesquisa está sendo realizada por uma das autoras desta revisão e tem como título “A trajetória e participação de mulheres negras no exercício do magistério na educação pública da cidade de Criciúma-SC, com enfoque na década de 1980”.

Neste contexto, aborda-se a feminização do magistério, visto que “sucessivas mudanças de costumes e mentalidades acerca do trabalho feminino, que vinham na esteira do novo século, sociedade que precisava de novos atores sociais para o seu desenvolvimento” (Almeida, 1998, p. 70).

O processo de feminização do magistério acontece em um momento de muitas mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais no final do século XIX. Nesse contexto, os homens se ausentavam aos poucos das funções educacionais e voltavam-se para o trabalho nas indústrias, o que criou condições para que as mulheres pudessem se formar professoras e almejar um lugar como profissionais, exercendo funções fora do lar.

As mulheres já travaram muitas lutas para receber o direito de frequentar as escolas no ensino formal. Desde o “descobrimento do Brasil” em 1500 até 1827, a educação era destinada somente para homens, estando fora deste direito as mulheres brancas, negras, indígenas, ricas ou pobres, de qualquer faixa etária. Só em 15 de outubro de 1827 o ensino público e gratuito foi sancionado no país, e enfim as mulheres conseguiram o direito de receber educação formal (Saviani, 1999).

Mesmo assim, percebe-se que a exclusão dos negros e da maioria da população era algo evidente. As mulheres até podiam frequentar as escolas, mas sua instrução era diferente da do homem, sua educação era opressora e segregadora, porque, além das escolas apresentarem diferentes currículos para meninos e meninas, o ensino superior era proibido para elas. As regras patriarcais insistiam no pensamento de que as mulheres deveriam ser produtivas e não remuneradas. Biroli, em seu texto, traz tensionamentos a respeito desta posição do patriarcado que, de forma sutil, ainda existe até a atualidade. A autora pontua:

O patriarcado, como sistema político, consistiria numa estrutura de exploração do trabalho das mulheres pelos homens. Seu núcleo, nessa perspectiva, é a divisão sexual do trabalho, em que se configurariam dois grupos (ou classes): as mulheres, que têm sua força de trabalho apropriada, e os homens, que se beneficiam coletivamente desse sistema (Biroli, 2017, p. 28).

Ou seja, nesse contexto, a educação para os homens era primordial, porque o trabalho deles era assalariado, em contrapartida as mulheres não eram remuneradas. Esse era um dos fatores que justificavam a diferença na instrução de homens e mulheres, evidenciando um dado histórico de exploração de gênero. Já no contexto republicano, buscava-se educar sujeitos livres, sendo essa ordem produtiva e imperiosa, ficando a escola responsável pelo desenvolvimento das virtudes morais, além das capacidades cognitivas. Neste processo, a presença da mulher no magistério se fez necessária, visto que representava a mãe educadora, responsável pela educação da nação. Para as mulheres, essa oportunidade significou o momento de alcançar sua liberdade, mesmo sendo o magistério, de acordo com o que argumenta Louro (1997), visto como uma extensão dos afazeres do lar e da maternidade. Neste período, as mulheres brancas tinham mais acesso ao magistério, para elas havia maior oportunidade que para as mulheres negras, por conta da exclusão histórica que tardou em receber meninas negras nas instituições escolares.

Na década de 1930, surgiram as primeiras organizações negras com reivindicações políticas mais deliberadas (Domingues, 2007). “A luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural” (Domingues, 2007, p. 101).² Ou seja, a luta pelos direitos que lhes são negados, como o controle exclusivo dos recursos econômicos, das instituições educativas e culturais administradas por uma pequena parte da sociedade.

Dentre as associações negras dessa época, destaca-se a Frente Negra Brasileira (1931-1937), que foi a que melhor se estruturou e atingiu maior número de integrantes. Muito lentamente as portas das instituições educacionais foram sendo abertas para as crianças negras estudarem, mesmo assim sem condições de avançar em seus estudos, pois tinham que trabalhar para ajudar as famílias e da mesma forma não tinham condições financeiras de custear despesas escolares (Barros, 2005).

As escolas normais aos poucos foram reformuladas, e mais disciplinas foram integradas de acordo com as mudanças nos currículos, sendo criado o curso do magistério com duração de três anos dentro do ensino de segundo grau, com o profissionalizante, a partir da reforma ocorrida pela Lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971).

Houve, naquele momento, uma demanda de vagas considerável, capaz de atender a um público de estudantes para o magistério. Uma oportunidade sem igual para as estudantes negras com anseio de se formarem professoras e de também obterem uma renda econômica melhor que os trabalhos domésticos.

Tornarem-se professoras era, para muitas dessas mulheres, uma chance para a profissionalização. Silva (2013, p. 61) diz que “as mulheres negras em identidades femininas, criaram maneiras muito próprias de se constituírem mulheres. Fez e faz parte de suas vidas se defenderem, preservar sua identidade física, moral, sua raiz africana”. Mulheres negras, ao longo da história e em diferentes contextos culturais, desenvolveram maneiras únicas e resilientes, enfrentando intersecções de opressões raciais e de gênero, com experiências específicas que as diferenciam das vivências de mulheres brancas e homens negros. Nas palavras de Werneck (2010, p. 15), “estratégias que devem ser capazes de recolocar e valorizar nosso papel de agentes importantes na constituição do tecido social e de projetos de transformação”. Silva (2013) ressalta

a importância de mulheres negras manterem-se em alerta para enfrentar desafios que ocorrem no caminho docente. As lutas e engajamentos são de suma importância para estes enfrentamentos diários.

A mulher tem lutado bravamente para ser reconhecida como profissional, e o magistério foi uma porta para sua saída para o público, construindo sua própria identidade.

Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (Pollak, 1989, p. 15).

Considerando a luta das mulheres negras para o ingresso no mercado de trabalho, é inegável que elas possuem uma construção histórica de lutas, desde seu nascimento até a conquista do primeiro emprego. Como bem afirma Souza (1983, p. 77), “ninguém nasce negro, torna-se negro”. A identidade é um fenômeno que se constrói com vivências e experiências com outras pessoas, no entanto existem critérios de aceitabilidade e admissibilidade. As pessoas negras são julgadas não pela competência e sim pela cor da pele, muitas vezes precisando serem avalizadas por uma pessoa branca.

Outra evidência observada é a questão de gênero. Oliveira (2004) discute a respeito da docência feminina e da feminização do magistério, vagas que anteriormente eram ocupadas por homens.

Nessa perspectiva, a

[...] docência, em outros tempos, não constituía uma profissão feminina. Ao contrário, a predominância de homens nesta profissão a caracterizava como masculina. A feminização desta ocorre, a partir do momento em que os homens abandonam esta atividade, visto que a industrialização e a urbanização tornam-se responsáveis por ampliar e melhorar as oportunidades de trabalho, principalmente para o sexo masculino. Desta forma, o magistério não mais representa para homens uma forma de ascensão na sociedade, devido aos baixos salários oferecidos à categoria (Apple, 1995 *apud* Oliveira, 2004, p. 166).

A autora, nesse trecho, enfatiza a saída dos homens do magistério e a possibilidade das mulheres no ingresso do mercado de trabalho. Com o esvaziamento dos homens no magistério, as mulheres vislumbram a oportunidade de se apoiar nos estudos que lhes possibilitarão lecionar para crianças. Este fato ocorre quando os homens percebem o surgimento de outras oportunidades na indústria, e as mulheres, por sua vez, se contentavam com baixos salários, considerando como argumento que esta profissão é uma vocação, quase um sacerdócio, uma extensão da maternidade. Com o crescimento desta demanda, as escolas normais foram surgindo para melhorar a formação docente, que contou gradativamente com maior número de matrículas de contingente feminino. Assim,

ao serem criadas as escolas normais, a pretensão era formar professores e professoras que pudessem atender a um esperado aumento na demanda escolar. Mas tal objetivo não foi alcançado exatamente como se imaginava: pouco a

pouco, os relatórios iam indicando que, as escolas normais estavam recebendo e formando mais mulheres do que homens (Louro, 1997, p. 449).

No entanto, conforme destaca Louro (1997), a expansão das escolas normais visava a atender a um aumento da demanda de profissionais, homens e mulheres, para atuarem na área. Porém, com o passar do tempo, os dados indicam que houve um aumento de formação do público feminino.

Nessa perspectiva, Gomes (2017) pontua a respeito da identidade feminina, enfatizando que essa identidade é de “mulheres negras”, visto que, neste processo de libertação da mulher com relação ao mercado de trabalho, elas estiveram em desvantagem em relação às mulheres brancas. Silva (2003) destaca que, além da necessidade de comprovarem competência profissional, estas mulheres precisam lidar diariamente com o preconceito e a discriminação racial que lhes exigem maiores esforços para conquistarem seus objetivos.

A identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo (Gomes, 2005, p. 43).

O processo de formação da pessoa negra acontece desde a primeira infância, na inserção no primeiro coletivo, onde as crianças já percebem que existe uma diferença entre seus pares. A partir daí a criança começa a construir sua identidade, influenciada por muitas variáveis, como: aceitação, pertencimento e acolhimento, ao mesmo tempo em que cria a futura visão de mundo entre esses pares.

Considerando essas variáveis evidenciadas por alguns autores, Werneck (2010) discorre a respeito de suas próprias desvantagens com relação ao racismo e sobre as estratégias que desenvolve para driblar e superar situações que ainda ocorrem na atualidade para se definir como indivíduo atuante em uma sociedade.

Sabemos que tem sido a partir de condições profundamente desvantajosas em diferentes esferas que nós mulheres negras desenvolvemos nossas estratégias cotidianas de disputa com os diferentes segmentos sociais em torno de possibilidades de (auto)definição. Ou seja, de representação a partir de nossos próprios termos, a partir do que projetamos novos horizontes de luta. Estratégias que devem ser capazes de recolocar e valorizar nosso papel de agentes importantes na constituição do tecido social e de projetos de transformação (Werneck, 2010, p. 15).

O mercado de trabalho para as mulheres negras nunca foi algo simples, no entanto elas sempre buscam estratégias para se manterem atuantes e garantir o sustento de suas famílias, sempre projetando novas possibilidades de se recolocar e valorizar seu papel como agentes importantes na constituição do tecido social e de projeto de transformação.

Diante de tantos enfrentamentos, a mulher negra se ergue na sua força de luta e busca por melhores condições de trabalho, encontra na sala de aula o amparo para demonstrar sua capacidade de construir sua carreira docente, mesmo enfrentando discriminações e preconceitos, como diz Garcia (2007), ao levar em consideração que o/a negro/a teve sua participação dificultada no ambiente escolar.

Conhecer a história da educação do negro significa, entre outras coisas, a necessidade de adentrar em diferentes tipos de escolarização e educação, compreendendo-os como espaços de construção da cidadania e fontes de conscientização da origem afro-brasileira. Consequentemente, a invisibilidade social é desnaturalizada, fazendo emergir as diferenças nas formas de tratamento, além da desigualdade racial e social (Garcia, 2007, p. 36).

Neste contexto se insere o papel da educação e o acesso das crianças negras à escola, fato que tardou por falta de políticas públicas adequadas que respeitassem o direito de as meninas negras ingressarem na educação formal e de construção de sua cidadania, condição fundamental de um indivíduo enquanto membro de uma comunidade. Fatos que afetaram o desenvolvimento do povo afro-brasileiro e o reconhecimento de sua identidade cultural, enfrentando uma trajetória histórica de lutas e desafios para sobreviver, evidenciando o quão importante é a formação de um indivíduo para formarem outros indivíduos. Nesse contexto,

ninguém se forma no vazio. Formar-se supõe troca, experiência, interações sociais, aprendizagem, um sem-fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade da sua história e sobretudo o modo singular como age, reage e interage com os seus contextos. Um percurso de vida é assim um percurso de formação, no sentido em que é um processo de formação. [...] O processo de formação pode assim considerar-se a dinâmica em que se vai construindo a identidade de uma pessoa. Processo em que cada pessoa, permanecendo ela própria e reconhecendo-se a mesma ao longo da sua história, se forma, se transforma em interação (Moita, 1992, p. 15).

Todas essas trocas refletem as ideias de que o desenvolvimento pessoal e a formação de identidade são processos dinâmicos e interdependentes influenciados por um conjunto complexo de fatores culturais, sociais, históricos e pessoais. Esta visão é essencial para entender como pessoas de grupos marginalizados constroem suas identidades e encontram formas de resistir e prosperar.

MÉTODO

Esta investigação, de abordagem qualitativa, segue as pesquisas realizadas e publicadas em artigos utilizando o método da revisão integrativa da autora Kramm (2019, p. 52-72). A leitura dessas páginas permite perceber as fases e os detalhes de pesquisa, atendendo aos passos da revisão com clareza. Utilizou-se uma pesquisa exploratória, com a finalidade de buscar informações sobre determinado tema relacionado às mulheres negras na educação pública.

O método utilizado foi a revisão integrativa, que é um instrumento de práticas baseadas em evidências, o qual permite um estudo sistemático de publicações, revelando uma riqueza de trabalhos sobre o tema, incluindo análises de como a presença e as experiências de mulheres negras na educação pública são de suma importância para informar políticas mais inclusivas e práticas educacionais mais equitativas.

O estudo foi conduzido a partir das seguintes etapas: delimitação do tema escolhido com a pergunta norteadora: como se dá a trajetória de formação e inserção de professoras negras na educação básica, considerando o racismo estrutural e posição social da mulher negra no Brasil.

Para filtrar os resultados, utilizou-se recorte temporal de 1982 a 2024, justificando-se pela necessidade de abranger um maior período, considerando as poucas referências sobre essa temática, o idioma português e a área da educação. A classificação foi feita com base nos títulos referentes ao tema de estudo, e as pesquisas foram realizadas na plataforma de busca da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), tendo sido encontrados 110 documentos com os seguintes descritores: **professoras negras “AND” educação “OR” pública**, na sua maioria dissertações e teses com a combinação dos termos e operadores booleanos.

Dentre os títulos relacionados ao tema estabelecido para ser estudado, foram excluídos 76 trabalhos, classificando 34 publicações para serem analisadas e passarem por critérios de inclusão e exclusão. Os critérios foram utilizados de acordo com a leitura de títulos, resumos e palavras-chave. Assim, 27 trabalhos classificados foram excluídos por não apresentarem, em seus resumos, respostas condizentes com o tema, estando seus resumos divergentes das questões norteadoras desta pesquisa.

Neste momento da seleção, utilizou-se a leitura por título e resumo, chegando à conclusão de excluir segundo o critério da leitura do resumo, extraíndo dali informações que não poderiam responder na íntegra à pergunta norteadora do tema do trabalho: "Como se dá a trajetória de formação e inserção de professoras negras na educação básica, considerando o racismo estrutural e posição social da mulher negra no Brasil?" O quadro a seguir aponta os sete títulos selecionados para leitura na íntegra.

Quadro 1 - Aplicação dos critérios de inclusão e exclusão com base na leitura dos títulos, resumos, palavras-chave e conclusão para a pré-seleção

Dissertação ou tese	Título	Autores	Ano publicação
1- Tese	As costuras-narrativas de mulheres negras e professoras e suas histórias de vida-formação	Rejane Lucia Amarante de Macedo	2023
2- Tese	As marcas da memória hegemônica e vivida na prática docente de professoras negras do território campestre	Camila Ferreira da Silva	2022
3- Dissertação	Mulheres-baobás: percursos escolares de professoras negras na microrregião de Francisco Beltrão, Paraná	Lucília Gouveia	2023
4- Dissertação	Narrativas de uma professora negra sobre a educação antirracista e as pedagogias do teatro na educação básica	Fiaschi, Genice de Fátima Fortunato da Silva	2022
5- Dissertação	Narrativas do itinerário escolar de professoras negras e suas implicações nas práxis pedagógica	Marcio dos Santos Conceição	2013
6- Dissertação	Marcas da negritude: estudo sobre as relações intersubjetivas do trabalho de professoras negras	Ana Veronica de Alencar	2018

7- Dissertação	Professoras negras e educação das relações étnico-raciais na cidade do Rio de Janeiro	Stefani Matos Silva	2022
----------------	---	---------------------	------

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

De acordo com considerações dos critérios de inclusão e exclusão, restou incluído o total de sete documentos classificados como teses e dissertações para leitura e análise, sendo excluídos três títulos, por terem sido considerados menos importantes para o estudo.

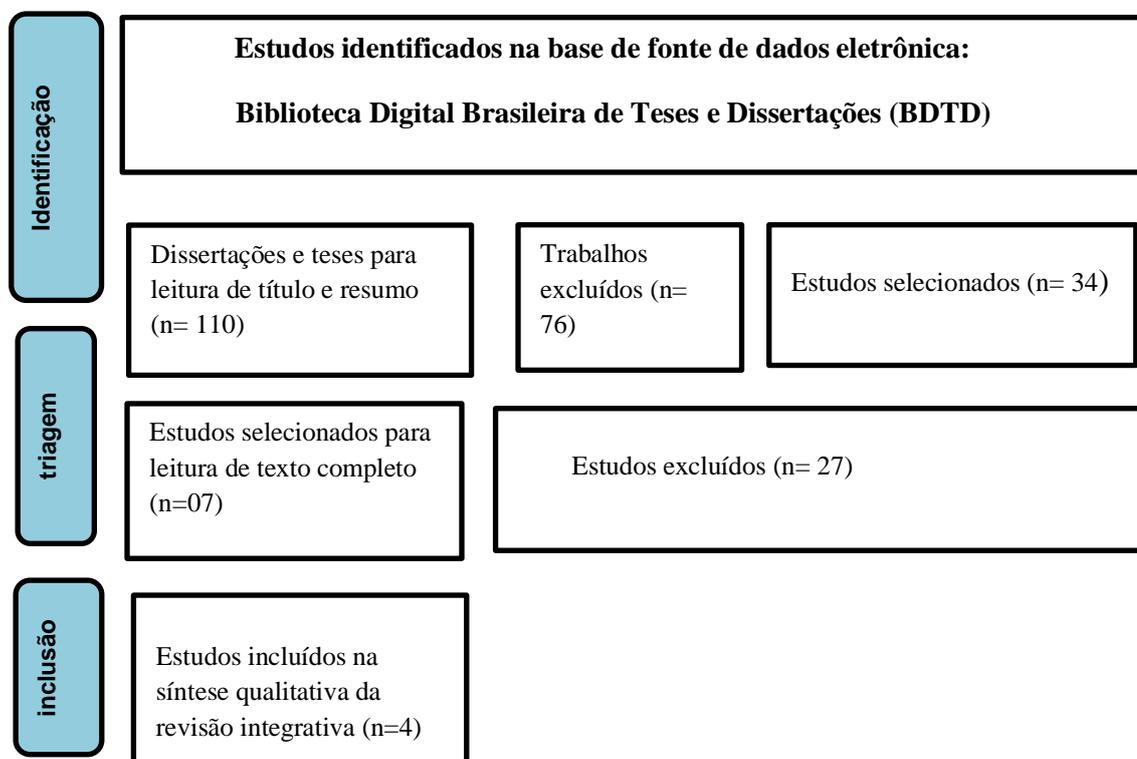
Ficaram apontados, para uma segunda observação, quatro documentos (duas teses e duas dissertações), que foram classificados por serem incorporados aos estudos. Após serem revistos os estudos e analisados os temas, relacionando-os com a pergunta norteadora da pesquisa, chegou-se à conclusão de que os quatro documentos selecionados seriam lidos em sua totalidade e referenciados de acordo com as pesquisas. O fluxograma a seguir representa esses dados.

IDENTIFICAÇÃO DOS ESTUDOS INCLUÍDOS PARA A LEITURA NA ÍNTEGRA

Com destaque para sete trabalhos estudados, chegou-se a mais uma seleção, na qual foram separados para análise da revisão integrativa quatro trabalhos, entre teses e dissertações, como apresentado no fluxograma abaixo, construído para classificar os estudos.

Figura 1 - Fluxograma

FLUXOGRAMA



Fonte: Elaboração dos autores (2024).

Para as pesquisas que se desenvolvem com a seleção e leitura dos trabalhos, conseguiu-se contemplar, de acordo com as leituras, três categorias que emergiram através destas pesquisas, lembrando que a pergunta norteadora referente ao tema de pesquisa é: como se dá a trajetória de formação e inserção de professoras negras na educação básica, considerando o racismo estrutural e a posição social da mulher negra no Brasil? As três categorias são:

- a) Políticas e programas de formação de professoras negras que possibilitem ações de combate ao racismo estrutural.
- b) Importância da representatividade racial para o sucesso profissional e acadêmico de professoras negras.
- c) Contextualização histórica e social com as barreiras e desafios enfrentados por professoras negras ao longo do tempo, no acesso à educação formal.

Quadro 2 – Matriz de análise

Categoria de análise Teses e dissertações	Políticas e programas de formação de professoras negras que possibilitem ações de combate ao racismo estrutural	Importância da representatividade racial para o sucesso profissional e acadêmico de professoras negras	Contextualização histórica e social com as barreiras e desafios enfrentados por professoras negras ao longo do tempo no acesso à educação formal
Tese 1- As costuras-narrativas de mulheres negras e professoras e suas histórias de vida formação	X	X	X
Tese 2- As marcas da memória hegemônica e vivida na prática docente de professoras negras do território campesino	X	X	X
Dissertação 1- Marcas da negritude: estudo sobre as relações intersubjetivas do trabalho de professoras negras	X	X	X
Dissertação 2 - Professoras negras e educação das relações étnico-raciais na cidade do Rio de Janeiro	X	X	X

Fonte: Elaboração dos autores (2024).

As categorias emergiram de leituras de trabalhos que foram selecionados através de um criterioso olhar sobre o tema da pesquisa, além de observar como o tema é tratado e abordado. A análise e enquadramento das categorias nos respectivos indicadores deram-se a partir da identificação das categorias emergentes com base em Moraes e Galiuzzi (2007).

IDENTIFICAÇÃO DOS ESTUDOS INCLUÍDOS NA REVISÃO INTEGRATIVA - TESES E DISSERTAÇÕES SELECIONADAS

Quadro 3 – Teses e dissertações selecionadas

Teses e dissertações	Título	Orientador	Ano	Autor	Instituição Educacional
1	As costuras - narrativas de mulheres negras e professoras, e suas histórias de vida - formação	Prof. dr. José Antônio Miranda	2023	Rejane Lucia Amarante Macedo	Universidade Federal Fluminense
2	As marcas da memória hegemônica e vivida na prática docente de professoras negras do território campesino	Prof. Dr. Janssen Felipe da Silva	2022	Camila Ferreira da Silva	Universidade Federal de Pernambuco
3	Marcas da negritude: estudo sobre as relações intersubjetivas do trabalho de professoras negras	Prof. dr. Edil Ferreira da Silva	2018	Ana Veronica de Alencar	Universidade Estadual da Paraíba
4	Professoras negras e educação das relações étnico-raciais na cidade do Rio de Janeiro	Prof. dr. Alexandre Ribeiro Neto	2022	Estefany Matos Silva	Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Elaboração dos autores, 2024.

ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Para dar início às análises, busca-se fazer uma aproximação dos textos pertencentes a amostras como fonte de dados para seu embasamento empírico. Para o presente estudo, baseando-se na questão norteadora da pesquisa cujo tema é: como se dá a trajetória de formação de professoras negras na educação básica, considerando o racismo estrutural e posição social da mulher negra no Brasil?, obtiveram-se então três categorias emergentes dos estudos sobre o tema.

As dissertações e teses T1- Macedo (2023), T2- Silva (2022), D1- Alencar (2018) e D2- Matos (2022) trazem elementos e discussões que levam à reflexão sobre as três categorias emergentes em destaque, que são: políticas e programas de formação de professoras negras que possibilitem ações de combate ao racismo estrutural; importância da representatividade racial para o sucesso profissional e acadêmico de professoras negras; contextualização histórica e social com as barreiras e desafios enfrentados por professoras negras ao longo do tempo no acesso à educação formal.

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS NEGRAS QUE POSSIBILITEM AÇÕES DE COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL

Macedo (2023) faz menção ao tema desta categoria quando escreve que “as mulheres negras e professoras costumam-narram suas histórias na educação, de modo que suas narrativas não possuem somente caráter individual. Trazem consigo suas famílias, trabalho, relações e tudo aquilo que as afeta” (Macedo, 2023, p. 25). A autora tem por finalidade, neste recorte, apresentar o poder de luta de mulheres silenciadas por muito tempo, através da própria história, buscando seu direito de formação, representando não só a si mesmas, mas todos à sua volta.

Também salienta que, nos últimos anos, as lutas das mulheres professoras negras ganharam força. Para isso houve circunstâncias que colaboraram e um importante exemplo é a Lei nº 10.639/03, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. De acordo com Macedo (2023, p. 68), “durante os últimos anos de implantação da Lei, as vozes das mulheres negras, em especial no Brasil, provocaram ruídos e fissuras nas narrativas hegemônicas, evidenciando a emergência acerca das discussões relacionadas às pautas raciais em nosso país”. Segundo a autora, essas políticas provocaram movimentos em relação à urgência de se discutir com toda a sociedade as pautas raciais, destacando a importância da referida lei.

Para Silva (2022), políticas e programas de formação sofreram mudanças com muitas lutas e rupturas de heranças coloniais. Em consonância com a autora, “enquanto exemplo da Desobediência Civil, podemos situar a luta de Professoras Negras, não Negras, Feministas Negras, movimentos sociais, acadêmicas/os e aliadas/os pelo direito de a comunidade negra estudar, visto o desafio de ter o seu direito de aprender negado historicamente” (Silva, 2022, p. 85). Nestes termos, Silva (2022) concorda com o que diz Macedo (2023) a respeito das lutas ao longo do tempo. Árduas e com o propósito de buscar políticas para combater o racismo e a discriminação, essas lutas vêm de longe contando sua história.

Assim, identificamos que a vinculação da Política de Identidade não ocorre de forma substancial, o que há é um acolhimento superficial das diferenças que atende aos postulados da Interculturalidade Funcional que por sua vez não intenciona fraturar os ditames da Memória Hegemônica (Silva, 2022, p. 86).

De acordo com a opinião da autora, o atendimento desses programas ainda é superficial, sendo necessário permitir que professoras negras afirmem sua identificação étnico-racial frente a um racismo estrutural que insiste em negá-las. Esse processo ressalta a memória vivida e a ancestralidade, tomada de memória. Com base no exposto, a autora menciona a interculturalidade crítica, que inclui outros sujeitos além da unicidade propagada pela memória hegemônica. No entanto, Alencar (2018) afirma que, em sua história, o sistema educacional brasileiro liga-se à história de dominação dos sujeitos marginalizados, impedindo-os de ter acesso à educação. Nas palavras de Alencar (2018, p. 136), “outras estratégias de defesa coletivas são apresentadas para minimizar a percepção do sofrimento no trabalho como a utilização da lei 10.639/03”. Embora as políticas de combate ao racismo, como a implementação da Lei nº 10.639/03, tenham seus efeitos na sociedade e no combate ao racismo, ainda assim é necessário intensificar essas ações e expandir os programas antirracistas. A autora concorda com Silva (2022) no que se refere à necessidade de ações mais acessíveis, ajudando no combate e proteção contra o racismo estrutural.

Matos (2022) salienta a importância de promoção de uma educação plural, que não se limite somente ao reconhecimento de práticas pedagógicas antirracistas, mas também abordem o protagonismo e a representatividade de professoras negras dentro desses espaços. Segundo a autora,

não é de hoje que a nossa LDB 9.394/96 reconhece a necessidade de estabelecer dentro do currículo da educação básica conteúdos ligados a história da África e da Cultura Afro-brasileira, através da Lei 10.639/2003³², que alterou seu artigo 26³³ e 79. A implementação da Lei foi resultado de uma luta constante do Movimento Negro (Matos, 2022, p. 71).

Aqui a autora ressalta a importância da lei e de sua criação como resultado de lutas anteriores de movimentos que surgiram ao longo dos tempos, buscando a implementação de igualdade, justiça social e principalmente o combate ao racismo.

IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE RACIAL PARA O SUCESSO PROFISSIONAL E ACADÊMICO DE PROFESSORAS NEGRAS

De acordo com Macedo (2023, p. 69), “todo um cenário de violência as afetou, porém, não se submeteram à condição de pessoas escravizadas sem antes resistir”. A autora traz à memória a violência que afetou as pessoas diante da escravidão e o fato de que, em prol da liberdade, mulheres negras lutaram e resistiram na tentativa de sobreviver. Desde então, as mulheres se destacam com movimentos que permitam a busca de seus espaços. “Muitas delas se rebelaram, fugiram e, na tentativa de sobreviver, juntaram-se em comunidades negras, espaços em que exerciam papéis sociais fundamentais (Macedo, 2023, p. 69).

A todo momento, precisaram “inventar formas de não morrer, não adoecer e não enlouquecer enquanto serviam seus senhores” (Macedo, 2023, p. 69). É importante lembrar aqui o destaque dado pela autora à força de luta das mulheres negras, que travam batalhas desde seu nascimento para serem vistas e reconhecidas como participantes de uma sociedade excludente, que cria padrões a serem seguidos. É necessário que se permita e se busque o reconhecimento da mulher negra professora, no seu espaço de trabalho, como indivíduo atuante e contribuinte da sociedade moderna. Em face disso, é de suma importância que se realizem debates para se colocar o racismo em pauta.

Silva (2022) destaca a importância da representatividade da mulher negra, ressaltando a necessidade de se sentir associada aos espaços culturais, políticos e sociais. Ser negra significa enfrentar desafios cotidianos para ressignificar o próprio pertencimento, suas lutas e ligações com o movimento antirracista, o que reforça pilares importantes. Professoras negras, cotidianamente, se colocam com determinação para ressignificar o próprio pertencimento ao dizer “Negra Sou”, pelo autoperceber de dizer Mulher Negra, mas agora pelos postulados da Memória Viva.

Alencar (2018) alega que muitas são as questões e angústias enfrentadas por professoras negras para acessar o mercado de trabalho nos órgãos privados ou escolas particulares. A autora posiciona-se destacando que questões raciais interferem para designar lugares para trabalhadoras negras no mercado de trabalho, afirma que é preciso tempo e investimento para superar o racismo

que é percebido como mal causador de adoecimento, além de evidenciar o quanto é importante que a Lei nº 10.639/03 se faça presente e atuante nos estabelecimentos escolares. “Para alguns teóricos, o prazer no trabalho é considerado como uma fonte mobilizadora que conduz à sujeito a ação para a procura da gratificação, realização de si e reconhecimento” (Alencar, 2018, p. 98). Nesta fala, a autora ressalta a importância fundamental do reconhecimento no trabalho e, conseqüentemente, a representação de cada um em seus lugares de fala.

Matos (2022) enfatiza a necessidade de promover uma educação plural, que não se limite somente ao reconhecimento de práticas pedagógicas antirracistas, mas também ao protagonismo negro, concordando com Silva (2022), quando se refere à representatividade de professoras negras dentro de espaços ligados à educação, política e cultura. “Essa ação afirmativa, que é a Lei 10.639/2003, também se apresenta como o resultado de uma discussão cara ao movimento negro, que é o reconhecimento da história da África para a valorização da identidade da população negra em nosso país” (Matos, 2022, p. 75). Pensar em ações efetivas e articulações que emergem do conhecimento e da consciência de reconhecer a história da África e da cultura afro-brasileira, validadas nos currículos escolares e nas ações de professoras negras, abre caminhos novos para refletirem sobre suas práticas diárias e sua representatividade.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL COM AS BARREIRAS E DESAFIOS ENFRENTADOS POR PROFESSORAS NEGRAS AO LONGO DO TEMPO NO ACESSO À EDUCAÇÃO FORMAL

Macedo (2023) afirma que os fatos históricos sobre ofertas de acesso à educação no Brasil lembram que o magistério era historicamente dominado pelos homens. “O mercado de trabalho para as mulheres negras era preterido, e o grau de exclusão estimulou o surgimento de comunidades entre elas, favorecendo, assim, o engajamento em pautas específicas que as afetavam” (Macedo, 2023, p. 72). Foi um longo tempo até que as mulheres conseguissem ter acesso à educação e mulheres negras tivessem a oportunidade de estudar, votar, tornarem-se professoras e ter profissões nunca antes destinadas a elas.

De acordo com Macedo (2023, p. 14), “desde o período colonial, em que o combate ao racismo começou a tomar força, até a atualidade, quando o racismo estrutural opera de modo a atravessar as relações de saber-poder, a comunidade negra tem se unido para superar o cenário de opressão e discriminação vivido”.

Silva (2022) concorda com Macedo (2023), quando diz que “a Mulher Negra e Professora vivencia, ao longo de sua história de vida, tensões, conflitos, lutas, expectativas, decepções e conquistas na construção de suas identidades, sobretudo, de Mulher Negra e de Profissional” (Silva, 2022, p. 125). As lutas vêm sendo historicamente contadas pelas professoras que resistem ao longo do tempo e vivem seu cotidiano, obtendo também conquistas em vários campos da sociedade. Nas palavras de Macedo (2023, p. 71), “no avançar das décadas, as mulheres negras conseguiram ter acesso à educação, votar e, também, exercer profissões que antes eram destinadas a homens e mulheres brancos.”

As autoras enfatizam que as lutas e movimentos negros nunca cessaram e atravessaram o tempo com desafios vencidos todos os dias por mulheres negras professoras, no caminhar de sua

educação formal até atingir seus objetivos de construção de uma carreira docente, em muitos momentos pautadas em grandes desafios para a conclusão e processo de formação. Assim,

ao assumirem o protagonismo de suas histórias, as mulheres negras e professoras tomam consciência daquilo que foi, de certa forma, naturalizado em suas vidas, ainda que no cenário do racismo, e, após a reflexão daquilo que foi vivido, veem a possibilidade de produzir outras histórias e práticas pedagógicas que fortaleçam a educação antirracista (Macedo, 2023, p. 148).

A autora apresenta a força e determinação de professoras negras mudarem sua realidade imposta pelo racismo e transformarem suas histórias de vida dentro de suas práticas pedagógicas.

Matos (2022) argumenta e concorda com Macedo (2023), Silva (2022) e Alencar (2018), enfatizando que, “embora as mulheres negras estivessem à margem de algumas pautas do movimento feminista, isso não as impediram de criar novas formas e estruturarem suas lutas”. As mulheres se uniram, se engajaram em lutas e movimentos para não estarem sozinhas e juntas tornarem-se mais fortes, com isso garantindo muitas conquistas para seus ideais de vida e carreira.

A esse respeito, destaca Alencar (2018), que, em meio a tantos desafios e lutas ao longo da história de formação da mulher negra, “em presença da discriminação racial ocultada no sistema de ensino, os movimentos sociais, em especial o movimento negro, sentiram a necessidade de reivindicar a presença da história e da cultura dos afro-brasileiros e do continente Africano nos espaços escolares” (Alencar, 2018, p. 74). Os movimentos sociais, com destaque aos movimentos negros, foram fundamentais para os avanços político-pedagógicos nas escolas e a aprovação da Lei nº 10.639/2003, uma das conquistas dos inúmeros movimentos antirracistas em prol de uma educação brasileira igualitária.

Com base nas análises das categorias que emergiram dos trabalhos selecionados, **políticas e programas de formação de professoras negras que possibilitem ações de combate ao racismo estrutural; importância da representatividade racial para o sucesso profissional e acadêmico de professoras negras; contextualização histórica e social com as barreiras e desafios enfrentados por professoras negras ao longo do tempo no acesso à educação formal**, foi realizada a síntese de acordo com a fase 6 da revisão integrativa: apresentação da revisão / síntese do conhecimento.

A presente revisão integrativa tem como objetivo responder à seguinte pergunta norteadora: **“Como se dá a trajetória de formação e inserção de professoras negras na educação básica, considerando o racismo estrutural e posição social da mulher negra no Brasil?”**.

Segue em síntese a resposta para tal questão. Pode-se evidenciar que a trajetória e inserção de mulheres negras na educação básica brasileira é marcada profundamente pelo racismo estrutural. Sua jornada é complexa e cheia de desafios, mas também de resistência e resiliência. A luta é contínua e a busca incessante em promover ações que derrubem o racismo contribui para a construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo.

Questões ligadas à discriminação racial afetam a posição das mulheres negras na sociedade. Atos que estão relacionados historicamente no país, quando se fala em escravidão e nas

dificuldades que os negros tiveram ao longo da história de ter acesso à educação formal. Todas essas barreiras impediram que mais mulheres negras tivessem direito à formação. Oportunidades profissionais lhes foram negadas pela própria história, obstáculos que dificultaram seu posicionamento social, político e cultural, segundo Ribeiro (2018, p. 17), “um mundo onde existem outras possibilidades de existência que não sejam marcadas pela violência do silenciamento e da negação”.

A superação acompanha esta trajetória que aponta mulheres unindo-se para criar movimentos contra o racismo, buscando assim suporte emocional e profissional para promover uma educação antirracista, trabalhando para desenvolver uma visão crítica da história e da sociedade.

Em se tratando da pesquisa proposta, percebe-se uma lacuna nos estudos que evidenciam o quanto é importante tratar de assuntos relacionados a incentivos de permanência de alunos negros na escola de educação básica e ensino superior, utilizando ações e criando movimentos de engajamento, de apoio à criação de políticas públicas direcionadas a esse contexto social. Percebe-se que em cada luta e enfrentamentos de obstáculos, a memória hegemônica da mulher negra vai se desconstruindo para dar lugar a uma mulher atuante, criativa, que tem consciência de seus direitos de indivíduo na sociedade, determinada a nunca desistir!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão integrativa teve como objetivo explorar e sintetizar a literatura existente sobre a presença de professoras negras na educação básica pública brasileira. A análise dos temas revelou muitas questões centrais, como diversos desafios enfrentados por essas professoras em seu cotidiano escolar como profissionais, inclusive enfrentamento a preconceito e discriminações. Os estudos revisados destacam que professoras negras frequentemente enfrentam preconceitos raciais e discriminação no ambiente escolar, o que pode afetar sua autoestima e desempenho profissional. Além disso, essas professoras representam um papel crucial na promoção da diversidade e da implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

Os achados sugerem a necessidade de políticas públicas que promovam a diversidade racial no corpo docente e forneçam apoio psicológico e profissional às professoras negras. É importante pensar na criação de novos programas de combate ao racismo estrutural e institucional nas escolas. “Vemos ainda uma necessidade da reformulação ampla dos currículos, pois o que acontece muitas vezes é que se elaboram conteúdos apenas para cumprir as recomendações e não para de fato construir uma discussão crítica com relação às pautas” (Souza; Koehler; Hoepers, 2022, p. 11). Os programas de formação continuada e a sensibilização sobre questões raciais também são essenciais para criar um ambiente escolar mais inclusivo e equitativo. Em suma, reconhecer e abordar as barreiras enfrentadas por professoras negras é de fundamental importância para promover um sistema educacional mais justo e inclusivo.

Espera-se que esta revisão integrativa contribua para um entendimento mais profundo das dinâmicas envolvidas e inspire ações concretas para melhorar a presença e as condições de trabalho destas profissionais na educação básica pública.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Ana Veronica de. **Marcas da negritude**: estudo sobre as relações intersubjetivas do trabalho de professoras negras. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.
- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Ed. da Unesp, 1998. Xxxp.
- BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Negrinhos que por ahí andão**: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920). 2005. Xxx f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2017. 252p.
- BRASIL. **Diário Oficial da União**, Seção 1 - 12/8/1971, Página 6377 (Publicação Original) Coleção de Leis do Brasil - 1971, Página 59, v. 5 (Publicação Original)
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, [S. l.], v. 12, p. 100-122, 2007.
- GARCIA, Renísia Cristina. **Identidade fragmentada**: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira - 1993-2005. Brasília/DF: Inep, 2007. 113p.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. **Educação Antirracista**: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 39-62.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017. 160p.
- KRAAM, Daniele de Lima. **Políticas de Formação de Professores de Educação Básica no Brasil**. 2019. 222 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
- LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997. 21p.
- MACEDO, Rejane Lucia Amarante de. **As costuras-narrativas de mulheres negras e professoras, e suas histórias de vida-formação**. 2023. 162 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.
- MATOS, Stefany Silva. **Professoras negras e educação das relações étnico-raciais na cidade do Rio de Janeiro**. 2022. 143 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2022.
- MOITA, Maria da Conceição. Percursos de Formação e de Transformação. *In*: NÓVOA, Antônio (org.). **Vidas de Professores**. Portugal: Porto, 1992. p. 11-30.
- MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual**: discursiva. 1. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2007. 264p.
- OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **Magistério: profissão feminina?** *In*: OLIVEIRA, Valeska Fortes de (org.). **Imagens de professor**: significações do trabalho docente. Ijuí: Unijuí, 2004. (Coleção educação). p. 166.
- POLLACK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil**: O papel do Congresso Nacional na legislação de ensino. Campinas/SP: Autores Associados, 1999. Xxxp.

SILVA, Camila Ferreira da. **As marcas da memória hegemônica e vivida na prática docente de professoras negras do território campesino**. 2022. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SILVA, Maria de Lourdes. **Enfrentamento ao Racismo de Discriminações na educação superior**: experiências de mulheres negras na construção da carreira docente. 2013. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

SILVA, Maria Nilza da. A mulher negra. **Revista Espaço Acadêmico**, [S. l.], ano II, n. 22, mar. 2003.

SOUZA, Dávila Carolina Inácio de; KOEHLER, Isisleine Dias; HOEPERS, Idorlene da Silva. Pedagogia Feminista Negra: caminho para a liberdade das senzalas modernas. **Dialogia**, São Paulo, n. 42, p. 1-18, e22469, 2022. <https://doi.org/10.5585/42.2022.22469>

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro, 1983. 49p.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, 2010.

Recebido em: 26 de setembro de 2024

Aprovado em: 20 de dezembro de 2024